



maio de 2018

**Rejeição às reformas
antinacionais e antipopulares, que
inclui a reforma do ensino médio.**

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- O "voucher" é privatização.
- Por uma assembleia massiva e combativa.
- Impulsionar as reivindicações de defesa da educação gratuita.

Desemprego, subemprego, terceirização e privatização atingem profundamente os explorados Rejeitar o eleitoralismo e responder com luta nas ruas

Os 26 milhões de brasileiros vivendo na miséria e milhões desempregados e subempregados dizem por si só o quanto os capitalistas e seus governos vêm descarregando a crise econômica sobre as costas dos explorados e o quanto a reforma trabalhista vem destruindo postos de trabalho formais e impondo a precarização e o subemprego. A terceirização avançou para todos os setores, incluindo a saúde e a educação. E a privatização do que restou da Petrobrás, Correios e Eletrobrás segue firme no plano do governo golpista de Temer.

Os governos quebraram os estados e municípios. Os serviços essenciais, como saúde, educação e moradia, estão sucateados. Basta ver o que se passa nos hospitais públicos e nos postos de saúde. Não há médicos, leitos, remédios e as condições são subhumanas. Basta ver o que se passa nas escolas dos bairros operários. Falta tudo, desde os materiais básicos, como papel, até uma merenda digna. Basta ver o que se passa com milhares de famílias de sem-teto. Está aí o exemplo do desabamento do edifício Wilton com centenas de ocupantes.

Para a ditadura civil de Temer, governadores e prefeitos, a solução é a mesma: cortar recursos dos serviços essenciais (PEC-Teto), avançar a implantação da reforma trabalhista, impor a reforma do ensino médio, entregar as empresas estatais ao capital estrangeiro e aprovar (custe o que custar) a reforma da previdência. Portanto, pôr em

prática as reformas antinacionais e antipopulares.

Ao mesmo tempo em que avançam as reformas, a corrupção explode por todos os lados. O que evidencia o quanto o Estado burguês se nutre de todas as formas de corrupção. A Operação Lava Jato, que foi um dos instrumentos do golpe de derrubou o governo de Dilma Rousseff, continua sendo usada em favor dos interesses do imperialismo e de setores da burguesia nacional.

A resposta a essa situação de crise econômica e política só pode ser a luta, por meio dos métodos genuínos dos explorados, que são as greves, ocupações, bloqueios. Mas, infelizmente, os trabalhadores não podem contar com a grande maioria das direções sindicais. Isso por que continuam com a política de conciliação de classes e embebedas com a política eleitoral. Querem que os oprimidos acreditem que elegendo governantes "comprometidos" será possível conter o avanço das reformas.

Os lutadores têm o dever de rechaçar de conjunto a política burguesa, pequeno-burguesa e o eleitoralismo. Nossa tarefa é desmascarar a democracia burguesa, que inclui as eleições, e defender as reivindicações de emprego, salário, direitos trabalhistas que unificam a maioria dos trabalhadores, no sentido de retomar a greve geral contra as reformas antinacionais e antipopulares. E propagandear a estratégia própria de poder do proletariado, que é a do governo operário e camponês, nascido da revolução social.

UM SÓ COMBATE CONTRA A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A Reforma do Ensino Médio é parte do conjunto de reformas antinacionais e antipopulares, exigidas pelo capital financeiro. O objetivo das reformas é o de manter o pagamento da gigantesca dívida pública, descarregando os ataques sobre os explorados. Para o governo golpista, a implantação da reforma do ensino médio dependia da aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). E da chamada adequação dos cursos de graduação nas universidades, o que vem sendo feito por meio do programa "Residência Pedagógica". Tudo está quase pronto. Esperar o quê?

É nossa tarefa aprovar uma ampla campanha em torno da essência da reforma, visando à unificação dos professores, funcionários, pais e estudantes. Vinculando essa refor-

ma com as reformas trabalhista e previdenciária. Atingindo, assim, a maioria dos explorados. Entre os pontos essenciais, destacamos:

- 1.A reforma do ensino médio e a BNCC seguem as diretrizes impostas pelo imperialismo. Ou seja, não têm nada a ver com os interesses dos estudantes e dos trabalhadores da educação. O objetivo é transferir recursos públicos para as empresas privadas;
- 2.A BNCC visa à implantação do ensino a distância. O governo diz que 40% do ensino médio serão por meio da educação a distância. Isso equivale a 2 dias por semana do que o estudante poderá fazer em casa pela internet (e para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, até 100% a distância);

3. A reforma do ensino médio vem acompanhada do CIS (Contrato de Impacto Social), que nada mais é do que a privatização da educação;
4. A reforma do ensino médio, que imporá o tempo integral, expulsará uma parte dos estudantes, que necessita trabalhar;
5. A reforma do ensino médio e a BNCC significarão mais desemprego, mais exploração e mais subemprego.

Está aí por que temos de rejeitá-la na sua integralidade. A direção da CNTE, Apeoesp e outros sindicatos estão empenhadas na realização do CONAPE, no final de maio. A função primordial do CONAPE deve ser o rechaço da reforma do ensino médio, da BNCC e de todas as reformas antinacionais e antipopulares. Chega de distracionismo! Chega de academicismo! É hora de sair em luta nacional para pôr abaixo essas reformas.

O “VOUCHER” É PRIVATIZAÇÃO

Nem bem tomou posse, o Secretário da Educação, João Cury Neto, anunciou que avalia dar em dinheiro, para as famílias, o transporte escolar e para que ela compre a merenda de seus filhos. Para os estudantes, disse que poderá dar uma quantia em dinheiro para os grêmios usarem em reformas nas escolas. O tal “voucher” (vale) é uma forma de cortar gastos, porque se livrará do transporte escolar e da merenda. É uma forma de demitir funcionários que trabalham na cozinha. E é o mecanismo para retirar dinheiro

da educação e entregar para as empresas que administram o cartão-vale e para as que farão as tais reformas. Quer, com isso, que as famílias e os estudantes arquem com a responsabilidade do estado de manter as escolas, o transporte e a merenda em condições dignas.

Devemos rejeitar o “voucher”. Exigimos o aumento de recursos por parte do estado para manter integralmente as escolas. Passe livre para todos os estudantes. Fim da privatização da educação pública.

Por uma assembleia massiva e combativa

Nesse ano, apesar do desemprego, subemprego e das brutais reformas, uma das assembleias contou com uma presença pequena de professores e a outra foi cancelada. Então, na realidade, não houve de fato uma assembleia capaz de preparar o combate ao governo. Alckmin saiu para disputar a presidência da República, depois de conceder o miserável reajuste de 7%, após 4 anos sem nenhuma reposição salarial. Não sofreu nenhum enfrentamento por parte dos professores, nos últimos dois anos. O seu vice e o novo secretário da educação estão de vento em popa, porque, nem estudantes, nem funcionários, nem professores estão nas ruas. Isso não pode continuar.

É dever da direção da Apeoesp modificar sua política, que está inteiramente voltada à judicialização. É preciso, também, rejeitar o eleitoralismo, que vem tomando conta do sindicato e da maioria das correntes de esquerda. Ao contrário, é necessário ganhar a confiança dos professores em seus métodos de luta. O descontentamento nas escolas é grande, mas também vem crescendo a desconfiança no sindicato, que é confundido com a sua direção.

Nesse sentido, é nossa tarefa ampliar as reuniões nas escolas, convencer os professores de que o caminho é o da luta direta e trabalhar para que a assembleia seja massiva e combativa. Uma assembleia que se coloque contra as reformas da ditadura civil de Temer e as medidas contrárias à educação gratuita, que vêm sendo impostas pelos governantes.

Impulsionar as reivindicações de defesa da educação gratuita

A Corrente Proletária levanta as seguintes reivindicações, que devem ser aprovadas pelas assembleias.

1. Rejeição às reformas antinacionais e antipopulares, que inclui a reforma do ensino médio. Lutar contra a terceirização e a privatização;
2. Reposição das perdas salariais. Que nenhum professor que ganhe menos que o salário mínimo vital (piso real), por 20 horas semanais. Em nossos cálculos, deve ser de R\$ 5.000,00;
3. Estabilidade a todos os professores contratados. Que o governo efetive todos os professores contratados (seja os da categoria “O”, “V”, etc.);
4. Redução da jornada de trabalho. No máximo 20 horas semanais, sem redução salarial. Para que não haja nenhum professor desempregado;
5. Redução do nº de alunos por sala de aula. No máximo 25 alunos. Trata-se da defesa das condições de ensino e trabalho;
6. Defesa da aposentadoria especial e integral a todos os professores. Revogação de todas as reformas da previdência que retiraram conquistas do magistério;
7. A defesa de um único sistema de ensino, público, gratuito, sob o controle dos que estudam e trabalham. Um ensino inteiramente custeado pelo Estado. O que implica a estatização de toda a educação, sem indenização, em todos os níveis. Fim de todas as barreiras que impedem a juventude de ter acesso às universidades (vestibulares, etc.);
8. A defesa do ensino laico e científico. O que pressupõe o combate a toda ingerência religiosa;
9. A defesa do direito aos jovens ao trabalho e aos estudos. Uma jornada de 4 horas na produção, 4 na escola e o restante para os estudos e lazer. Passe livre nos transportes coletivos para a juventude e desempregados.